



MÓDULO VII

AS CONTRIBUIÇÕES AFRICANAS PARA A SOCIEDADE COLONIAL BRASILEIRA

Apresentação

O comércio era uma forma importante das sociedades se relacionarem, trocando não só mercadorias, mas também ideias e comportamentos. Ou seja, o comércio é uma das atividades mais presentes na história de várias regiões da África e, por meio dele, as sociedades mantinham contato umas com as outras. Os produtos eram negociados por

pessoas vindas de longe, com costumes e crenças diferentes, que algumas vezes eram incorporadas às tradições locais. A vitalidade do comércio dentro do continente africano – de curta, média e longa distância – põe por terra a ideia de sociedades isoladas, vivendo apenas voltadas para si mesmas.



Tráfico de negros africanos



("Navio negreiro") de Johann Moritz Rugendas.

Estima-se que entre o século XVI e meados do século XIX, mais de 10 milhões de homens, mulheres e crianças africanas foram transportadas para as Américas – não estando aqui inclusos aqueles que não conseguiram sobreviver ao violento processo de captura na África, bem como às torturas durante a grande travessia atlântica – e calcula-se ainda que 4 milhões desembarcaram em portos do Brasil.

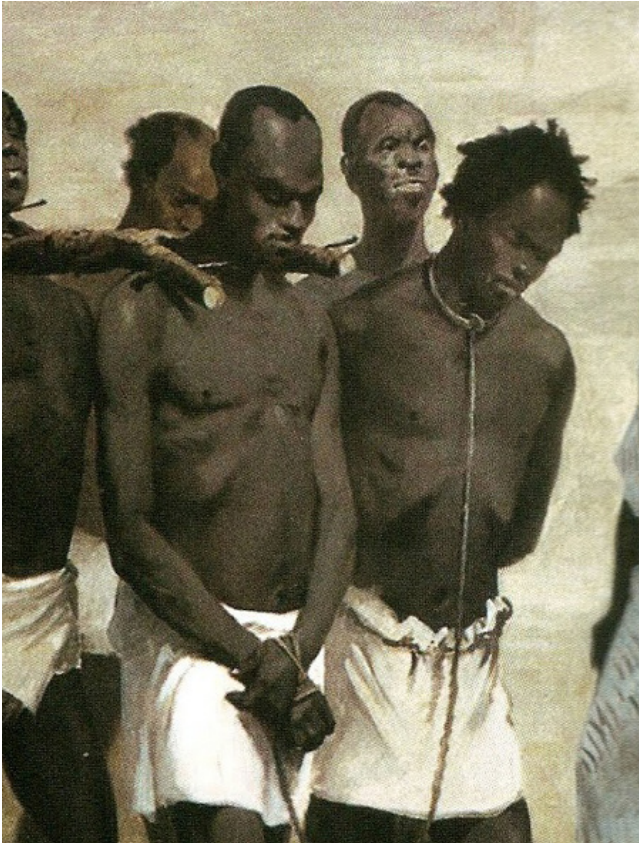
Nenhuma outra região do mundo está tão ligada ao continente africano por meio do tráfico negreiro quanto o Brasil. Foram mais

de três séculos unindo para sempre os dois países.

O propósito das potências coloniais europeias era trazer mão-de-obra (lê-se escravos) qualificada com o intuito de explorar as riquezas tropicais e minerais do novo mundo. A colônia portuguesa, especialmente nas áreas agrícolas como a de cana-de-açúcar, obrigava os escravos a trabalhar em condições subumanas e de maus tratos, justificando, assim, a baixíssima expectativa de vida e o altíssimo número de mortalidade infantil.



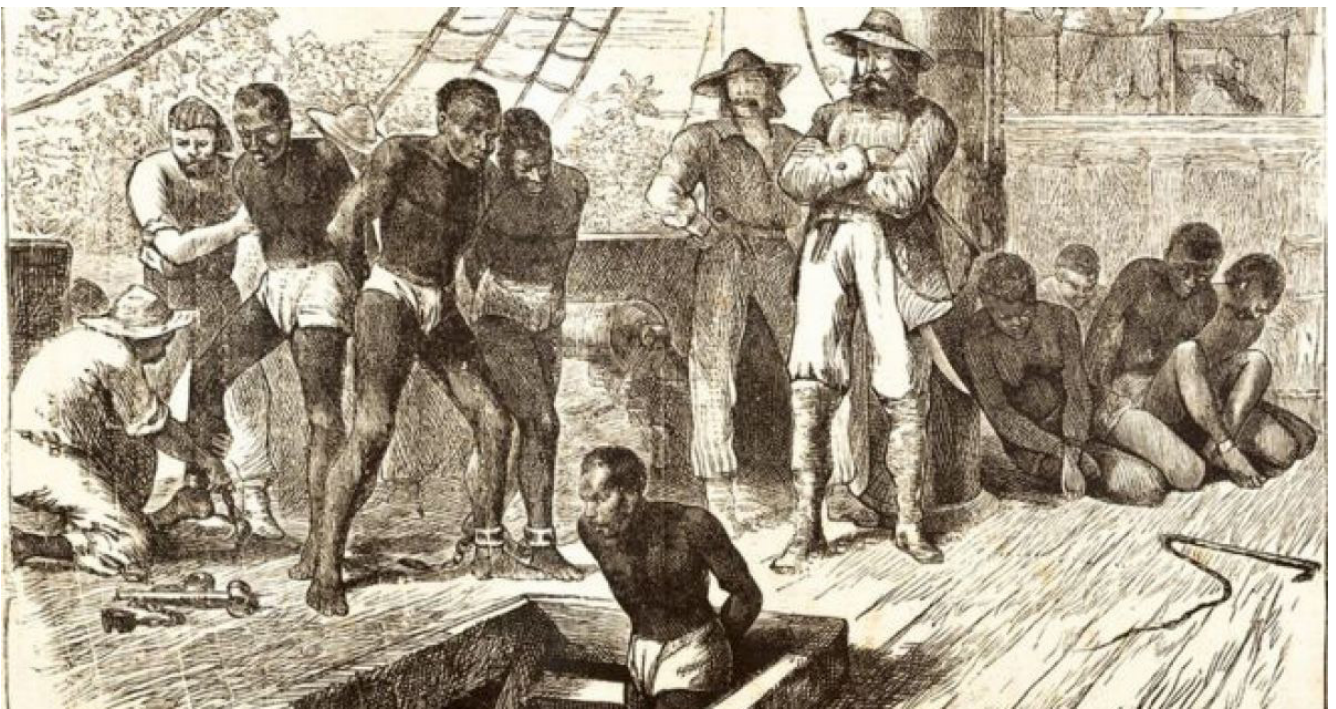
A chegada dos escravos nos portos brasileiros



Após a chegada dos africanos nos portos do Brasil, eles eram divididos em “lotes” – independente do grau de parentesco, região ou do país de origem – e antes da comercialização era feita uma rigorosa seleção. O preço dos escravos era definido pelo sexo, idade, por sua especialização e, principalmente, pela condição física.

A expansão dos africanos em território brasileiro se deu seguindo as exigências de cada momento histórico. Durante os séculos XVI e XVII, os escravos foram levados em grande número ao Nordeste (para atividade açucareira), principalmente para fazendas na Bahia e Pernambuco, e em menor escala para os estados do Maranhão, Pará e Rio Janeiro.

Com a descoberta do ouro na província de Minas Gerais no final do século XVII, a demanda do tráfico negreiro na região das minas cresceu. No século XVIII, o açúcar foi sucedido pelo ouro e no século XIX o ouro e o açúcar substituídos pelo café.





A sabedoria africana no cultivo da cana-de-açúcar

O açúcar é conhecido desde a Antiguidade. As primeiras notícias sobre a cana-de-açúcar encontram-se nas escrituras mitológicas dos hindus. Mas foi na Nova Guiné que o homem teve o primeiro contato com a cana-de-açúcar; de lá, a planta foi para a Índia.

Os árabes inseriram seu cultivo no Egito, onde desenvolveu-se pela primeira vez o

manufaturamento e a fabricação de açúcar em escala industrial, no início do século IX. O desenvolvimento do processo de clarificação do caldo da cana é creditado aos egípcios, que acabaram produzindo um açúcar de alta qualidade para a época.

No Brasil, as primeiras mudas de cana chegaram por volta de 1515, trazidas da Ilha



da Madeira (Portugal). O primeiro engenho brasileiro foi construído em 1532, na capitania de São Vicente/SP, mas foi no Pernambuco e na Bahia que os engenhos se multiplicaram.

O açúcar se transformou em um bom negócio para a economia colonial brasileira, isso porque a mão-de-obra utilizada vinha de bons agricultores. Importados da África e trazidos como escravos para o Brasil, a maioria (como já falamos anteriormente) era de origem bantu – vindos da região de Angola, Congo, Benguela, Monjolo, Cabinda, Rebolo, Moçambique, entre outros. Ao final da pré-história africana, em sua migração, eles ocuparam grande parte do continente africano do Norte para o Sul. Era um povo altamente avançado que dominava a tecnologia do ferro

e da metalurgia, da cerâmica, da tecelagem, da fabricação de cestos, da criação de gado, da extração do sal do mar e, principalmente, da agricultura.

Os escravos foram o elemento crucial na manufatura do açúcar. A mão-de-obra africana representou a base das atividades econômicas no Brasil colonial. Assim sendo, o país se transformou no maior produtor de açúcar do mundo e, por volta de 1550, líder do mercado exterior – muito em função do trabalho do povo africano. O açúcar brasileiro já saía pronto para o consumo e era um açúcar claro se comparado ao açúcar produzido nas Antilhas, por exemplo, onde sua coloração era escura. Este feito fez com que o mercado de açúcar brasileiro chamasse a atenção de outras potências europeias da época.



Engenho de cana-de-açúcar em Pernambuco colonial, pelo pintor neerlandês Frans Post (século XVII).



A mineração no Brasil



No período colonial, os africanos constituíram uma grande massa de trabalhadores também na mineração. Isso acontecia porque o colono necessitava de lucro com essa atividade e a produção colonial deveria ser de baixo custo. Sendo assim, escolheu-se o

escravo que, além da mão-de-obra mais barata, uma vez que oferecia ao colono apenas gastos com sua exportação e os portugueses já conheciam sua força de trabalho, desenvolvida nas ilhas da África.

Os escravos já tinham experiência com a mineração

e implantaram na América Portuguesa a técnica que conheciam. Deve-se ao africano o uso da bateia (gamela de metal ou madeira) e o camaro na mineração, o que contribuiu para melhoria das condições da exploração do ouro.



Cultura sistemática da mandioca pelos africanos

Desde as civilizações pré-colombianas, a mandioca – planta nativa dos trópicos americanos – já era usada como alimento. Principal produto agrícola indígena, quando aqui chegaram os colonizadores portugueses, a mandioca foi levada para a África pelos mesmos para a Bacia do Congo (em 1558) e, devido a sua grande capacidade de adaptação, expandiu-se rapidamente para outras regiões. Vários cronistas, viajantes e missionários do século XVI mencionaram em seus escritos a importância dessa raiz. O primeiro a mencionar a descrição da cultura da mandioca foi o cronista Pero Magalhães Gândavo (em 1573), na obra “História da Província de Santa Cruz”.

As relações interculturais que se estabeleceram com a chegada dos primeiros africanos no Brasil são marcantes com relação às plantas medicinais e alimentícias. Ao mesmo tempo em que traficavam africanos, as plantas de interesse comercial seguiam os mesmos caminhos: eram levadas de suas regiões de origem para as novas terras para serem cultivadas a partir do trabalho escravo. Os portugueses trouxeram sementes, raízes, mudas e bulbos de suas mais distantes colônias (orientais e africanas) e levaram para suas terras os nossos produtos.

A descrição dos cronistas que viajaram pelo Brasil por diferentes épocas e regiões relata as pequenas variações sofridas nas técnicas de plantio da mandioca. O costume na lida com a terra e o manejo das plantas

era quase uniforme. A mandioca passou a ter valor fundamental para os portugueses em atividades relacionadas à conquista de novas terras, como o desenvolvimento do tráfico negreiro – especialmente pela importância do valor nutricional dessa planta, que alimentava os portugueses e também os escravos nos navios e no Brasil.

Os indígenas ensinaram para os portugueses o preparo da farinha e as técnicas do plantio da mandioca; os africanos aperfeiçoaram a técnica e esses conhecimentos foram levados à África. Não há registro da culinária africana durante o período colonial, visto que a língua falada não era escrita. Mas a cozinha africana influenciou muito a culinária brasileira. As receitas africanas que levam a mandioca são muito semelhantes às ensinadas pelos indígenas do Brasil do século XVI, porém, com algumas variações.

O uso da mandioca e seus derivados teve papel de suma importância na alimentação do brasileiro, bem como dos povos africanos, nas regiões dominadas pelos portugueses a partir do século XVI. A raiz foi o produto agrícola que mais influenciou e transformou a agricultura na África Central, desempenhando importante papel na economia dessa região. Dos 20 maiores produtores mundiais, 11 encontram-se no continente africano. O maior produtor do mundo é a Nigéria e a maior parte da produção é consumida no próprio país – quase que exclusivamente in natura.



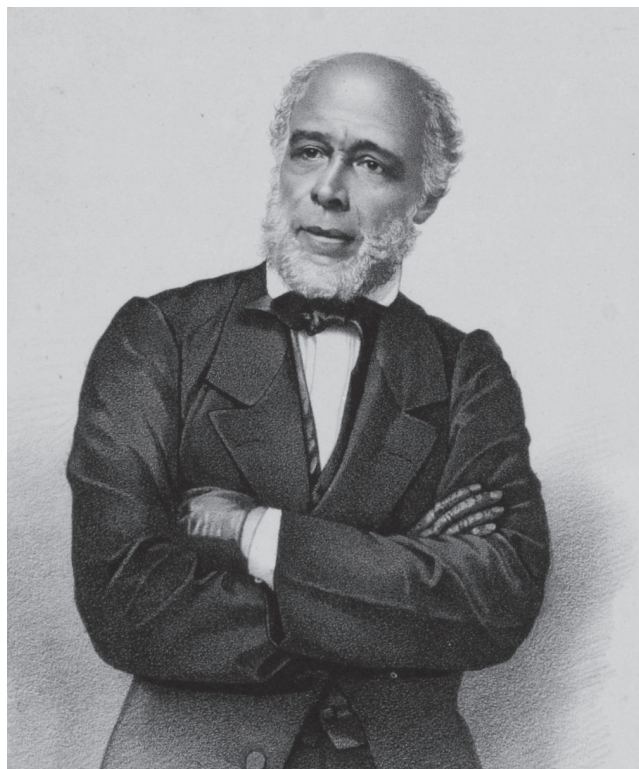
Francisco Gê Acayaba de Montezuma

Francisco Gê Acayaba de Montezuma

nasceu em Salvador, na Bahia, no dia 23 de março de 1794. Filho de um comerciante português e de uma afro-brasileira, seu nome de batismo era Francisco Gomes Brandão. Em 1816 foi estudar na tradicional Universidade de Coimbra, em Portugal, onde formou-se em Ciências Jurídicas e Filosóficas cinco anos depois. Quando retornou à Bahia, tornou-se defensor da independência e foi cofundador do jornal “O Constitucional”, em Salvador.

Proclamada a Independência em 1822, como forma de oposição ao colonialismo lusitano e de homenagem ao imperador asteca Montezuma, Francisco abandonou o nome de batismo, incorporou o nome de todos os elementos que formam a nação brasileira e passou a chamar-se Francisco Gê Acayaba de Montezuma. Ele recusou o título de Barão de Cachoeira, concedido pelo imperador Dom Pedro I, mas aceitou o título de Comendador da Imperial Ordem do Cruzeiro.

Em 1823, ingressou na política como deputado em seu estado natal, exercendo oposição ao Ministro de Guerra – foi preso e exilado na França por oito anos. Em 1831, retornou ao Brasil e elegeu-se deputado levantando a bandeira contra o tráfico negreiro e colocando-se como um dos pioneiros no movimento abolicionista. Em 1834, recebeu o título de Visconde de Jequitinhonha; três anos depois foi nomeado Ministro da Justiça e dos Estrangeiros, e ocupou o cargo de Diplomata junto ao Império Britânico.



Em 07 de agosto de 1843, fundou o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), sendo o primeiro presidente. Em 1850 foi nomeado Conselheiro do Estado e, no ano seguinte, eleito Senador na Bahia.

Falecido em 15 de fevereiro de 1870, foi um dos membros fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

Advogado, servidor público, magistrado e jornalista, Francisco Gê Acayaba de Montezuma exerceu os seguintes cargos públicos: Embaixador de Londres, Conselheiro de Estado, Ministro dos Estrangeiros, Ministro da Justiça e Presidente do Banco do Brasil.



Frente Negra Brasileira

A **Frente Negra Brasileira** foi o maior movimento social pós-abolição organizado em torno do povo negro, propondo a participação do negro na política nacional através do voto. Fundada em 16 de setembro de 1931, a Frente Negra Brasileira, que foi o primeiro partido político da população afrodescendente do país, comemorou 87 anos em 2018.

A partir de 1920, associações de negros foram fundadas nas principais cidades do Brasil. A maioria – se não todas – tinha cunho exclusivamente beneficente, sem ao menos tratar sobre política e/ou “questões de raça”, cenário que mudaria na década de 1930. Nesse período, o Brasil ficou conhecido como República Velha e mostrava-se mais acessível e consciente da importância de uma participação política mais abrangente. Operários, estudantes

e negros enxergavam um grande objetivo para se organizarem. Nascida em São Paulo (no ano de 1931) após reuniões na Praça da Sé, a Frente Negra Brasileira teve como fundadores negros de vários movimentos das Irmandades Católicas (como Isaltino B. dos Santos e Arlindo Veiga dos Santos) e não demorou a se espalhar pelo país.

Unindo a etnia negra em torno de um sonho partidário e de igualdade, e possibilitando o direito ao trabalho, à escola e à moradia para todos os negros do país, a Frente Negra Brasileira desenvolvia diversas atividades de caráter político, cultural e educacional para os seus associados sob a liderança de Arlindo Veiga dos Santos – que realizava palestras, seminários, cursos de alfabetização, oficinas de costura e promovia festivais de música.



Teodoro Fernandes Sampaio

Nascido em 07 de janeiro de 1855, no Engenho Canabrava (dentro de uma senzala no município de Santo Amaro/BA), **Teodoro Fernandes Sampaio** foi engenheiro, geógrafo, historiador e escritor. Legou-nos uma bibliografia de vasta erudição geográfica e histórica sobre a contribuição das bandeiras paulistas à formação do território nacional, entre outros temas.

Em 1871 ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde graduou-se em Engenharia Civil cinco anos depois. Ao mesmo tempo, dava aula de matemática, geografia e latim em dois colégios da cidade. Foi admitido no Museu Nacional como desenhista e lá conheceu muitos cientistas estrangeiros. Participou de expedições exploratórias pelo Rio São Francisco registrando na forma de mapas e descrições os caminhos percorridos; posteriormente, elaborou um mapa da região.

Em 1879, integrou a “Comissão Hidráulica” – nomeada pelo imperador Dom Pedro II – como o único engenheiro brasileiro entre norte-americanos, para estudar os portos e a navegação interior do Brasil. Em 1882, realizou o trabalho de prolongamento da linha férrea de Salvador ao São Francisco. Em 1886, trabalhou como chefe na Comissão Geográfica e Geológica, que realizou o levantamento geológico do Estado de São Paulo. Fundou, com Paula Souza, a Escola Politécnica da USP, em São Paulo. Dois anos depois, foi nomeado diretor e engenheiro-chefe da repartição de



saneamento do Estado de São Paulo e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Em 1904, regressou à Bahia – após 18 anos em São Paulo – para executar as obras de restauração nos sistemas de água e esgoto de Salvador. Tornou-se orador e posterior presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Foi ainda Deputado Federal, uma celebridade da época. Passou seus últimos anos no Rio de Janeiro, onde lecionava – de graça – na Escola Brasileira. Faleceu em 15 de outubro de 1937.



Antonieta de Barros

Nascida em 11 julho de 1901, em Florianópolis (SC), **Antonieta de Barros** era filha de Catarina e Rodolfo de Barros. Órfã de pai, foi criada pela mãe. Depois dos estudos primários, ingressou na Escola Normal Catarinense. Antonieta teve que romper muitas barreiras para conquistar espaços que, em seu tempo, eram inusitados para as mulheres – ainda mais uma mulher negra. Nos anos 20, deu início às atividades de jornalista, criando e dirigindo em Florianópolis o jornal “A Semana” – mantido até 1927. Três anos depois, passou a dirigir o periódico “Vida Ilhoa”, na mesma cidade.

Como educadora, fundou – logo após ter se diplomado no magistério – o “Curso Antonieta de Barros”, que dirigiu até sua morte. Lecionou, ainda em Florianópolis, no Colégio Coração de Jesus, na Escola Normal Catarinense e no Colégio Dias Velho – do qual foi diretora no período de 1937 a 1945.

Na década de 30, manteve intercâmbio com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), como revela a correspondência trocada entre ela e Bertha Lutz – hoje preservada no Arquivo Nacional.

Na primeira eleição em que as mulheres brasileiras puderam votar e serem votadas, filiou-se ao Partido Liberal Catarinense e elegeu-se Deputada Estadual



(1934-1937). Tornou-se, desse modo, a primeira mulher negra a assumir um mandato popular no Brasil. Foi também a primeira mulher a participar do Legislativo Estadual de Santa Catarina. Depois da redemocratização do país com a queda do Estado Novo, concorreu a deputada estadual nas eleições de 1945 e obteve a primeira suplência pela legenda do Partido Social Democrático (PSD); assumiu a vaga na Assembleia Legislativa em 1947, e cumpriu seu mandato até 1951.

Usando o pseudônimo literário de Maria da Ilha, escreveu o livro **Farrapos de Ideias**. Faleceu em Florianópolis, no dia 28 de março de 1952.



